

DIVISÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

F I C H A     D E     C O N T R Ô L E

PROPOSITURA: Projeto de Lei nº 19/91

AUTOR: O Governador do Estado

EMENTA: Restaura a Estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providên-  
cias.

RELATOR: \_\_\_\_\_

Recebido em: 08 / abril / 1991

Enviado à: Comissão de Justiça

Em: 08 / abril / 1991

Prazo para Relatar: \_\_\_\_\_

Encaminhado à: \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, PB

## Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 019/91

DO GOVERNADOR DO ESTADO - Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº 016/91 -GG

João Pessoa-PB

Em 27.03.1991.

Senhor Presidente

Honra-me encaminhar à elevada apreciação e deliberação dos ilustres integrantes da Casa de Eptácio Pessoa, o anexo Projeto de Lei que "Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências". Vi

2. Como é do conhecimento geral, a Paraíba, por infortúnio, passou todo o período governamental anterior sem contar em sua estrutura administrativa superior com a presença do elevado cargo do Vice-Governador, evento que motivou a desativação da estrutura do gabinete que servia de apoio a essa autoridade.

A

Sua Excelência, o Senhor

Deputado CARLOS MARQUES DUNGA

Digníssimo Presidente da assembléia Legislativa

CASA DE EPITÁCIO PESSOA

NESTA

Açessorio ao Plenário,  
Constou no Expediente

Em

01/04/91  
Fm. M. M. M. M.

Director da Ass. ao Plenário



ESTADO DA PARAIBA  
GABINETE DO GOVERNADOR

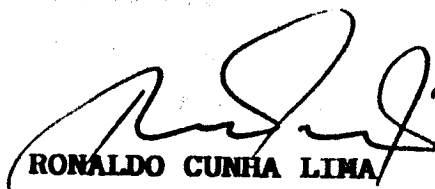


3. Nesse início de nova gestão governamental for<sup>oso</sup> se torna proceder à restauração daquele órgão, especialmente <sup>levando-se</sup> em se levando em consideração o expressivo aumento de atribuições que foram reservadas ao cargo do Vice-Governador na Constituição do Estado em 1989.

4. A estrutura proposta no Projeto de Lei em te<sup>la</sup> é leve e adequada ao porte e dignidade do cargo de Vice-Governador, não demandando maiores justificações, para reforço ao seu estu<sup>do</sup> e apreciação nessa Casa Legislativa.

Por reputar a matéria como urgente e relevan<sup>te</sup>, rogo aos insígnies membros da Assembléia Legislativa a sua apre<sup>ciação</sup> em caráter de urgência, na forma do § 1º, do artigo 64, da Constituição do Estado.

Renovo a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinguida consideração.



RONALDO CUNHA LIMA

Governador



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



PROJETO DE LEI Nº 19/91

Restaura a estrutura do  
Gabinete do Vice-Governador, e adota  
outras providências.

**Artigo 1º** - O Gabinete do Vice-Governador, criado pela Lei nº 3.781, de 02 de julho de 1975, com a finalidade de de assessorar e assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, fica organizado na forma desta lei.

**Artigo 2º** - O Gabinete do Vice-Governador tem a seguinte estrutura organizacional:

- 1.0 - Chefe de Gabinete;
- 1.1 - Assessoria de Comunicação Social;
- 1.2 - Coordenadoria de administração;
- 1.3 - Coordenadoria de Finanças
- 1.4 - Secretária Particular.

**Artigo 3º** - À Ajudância de Ordens do Gabinete do Vice-Governador compete acompanhar e assistir o Vice-Governador em todos os assuntos de serviço e de natureza pessoal que lhe forem determinados.

**Parágrafo Único** - À Ajudância de Ordens do Vice-Governador é constituída de dois (2) oficiais da Polícia Militar, no Posto de Capitão ou de 1º Tenente, estando vinculada diretamente ao Gabinete Militar do Governador.

**Artigo 4º** - A competência e a subordinação das unidades, as atribuições dos respectivos dirigentes e as

9



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



normas de funcionamento do Gabinete do Vice-Governador serão estabelecidas em decreto do Governador do Estado.

**Artigo 5º** - Para atender ao funcionamento da estrutura definida no artigo 2º, desta lei, ficam criados, no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão constantes do ANEXO ÚNICO, a esta lei.

**Artigo 6º** - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, no corrente exercício financeiro, Crédito Especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

**Parágrafo Único** - As dotações orçamentárias e as fontes de recursos necessários à instrumentalização do crédito especial autorizado pelo "caput" deste artigo serão indicadas nos respectivos decretos de abertura.

**Artigo 7º** - A Secretaria da Administração alocará ao Gabinete do Vice-Governador o pessoal necessário ao seu regular funcionamento.

**Artigo 8º** - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

**Artigo 9º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.352, de 15 de janeiro de 1991.

  
RONALDO CUNHA LIMA



ESTADO DA PARAIBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



ANEXO ÚNICO (Art. 5º)

SERVIÇO CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

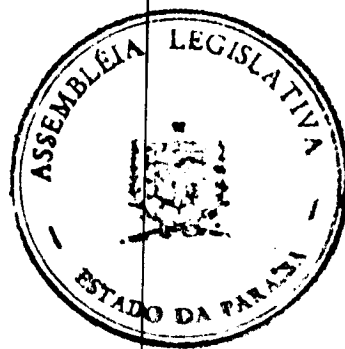
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NÚMERO	D E N O M I N A Ç Ã O	SÍMBOLO
01	Chefe de Gabinete do Vice-Governador	SE-2
01	Coordenador da Assessoria de Comunic. Social	DAS-1
03	Secretário Particular	DAS-1
01	Coordenador de Administração	DAS-1
01	Coordenador de Finanças	DAS-1





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



João Pessoa - Pb.

Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 19 Sob No 13191  
EM, 01 / 04 / 91

Publicado no Diário do poder  
Legislativo do Dia 1 / 1 /  
de 19 91  
EM 1 / 1 / 91

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em 05 / 04 / 91  
Agimmo Abund  
Diretor da Ass. ao Plenário



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício/GP/nº 86/91

Em, 17 de abril de 1991.

Senhor Governador

Estou encaminhando a V. Exa., nos termos do que dispõe o Regimento Interno, o Autógrafo nº 002/91 do Projeto de Lei nº 019/91, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão plenária realizada no dia 16 de abril em curso, que Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.

No ensejo aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa., os protestos de alta estima e elevada consideração.

  
Carlos Marques Dunga  
Presidente

Exmo. sr.

Dr. Ronaldo da Cunha Lima  
DD. Governador do Estado da Paraíba  
Palácio da Redenção  
N e s t a

O PRES NTE AUTOGRAFO é cópia  
fiel do que foi aprovado no Plenário em  
sessão do dia 16/04/1991

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

Em 17/04/1991

Secretário Legislativo



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 002/91

PROJETO DE LEI Nº 19/91

Restaura a estrutura do Gabinete do  
Vice-Governador, e adota outras  
providências.

Artigo 1º - O Gabinete do Vice-Governador, criado  
pela Lei nº 3.781, de 02 de julho de 1975, com a finalidade de  
assessorar e assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho  
de suas atribuições, fica organizado na forma desta lei.

Artigo 2º - O Gabinete do Vice-Governador tem a  
seguinte estrutura organizacional:

- 1.0 - Chefe de Gabinete;
- 1.1 - Assessoria de Comunicação Social;
- 1.2 - Coordenação de Administração;
- 1.3 - Coordenação de Finanças
- 1.4 - Secretária Particular.

Artigo 3º - À Ajudância de Ordens do Gabinete do  
Vice-Governador compete acompanhar e assistir o Vice-Governador  
em todos os assuntos de serviço e de natureza pessoal que lhe  
forem determinados.

Parágrafo Único - À Ajudância de Ordens do Vice-Governador é constituída de dois (2) oficiais da Polícia Militar, no Posto de Capitão ou de 1º Tenente, estando vinculada diretamente ao Gabinete Militar do Governador.

Artigo 4º - A competência e a subordinação das unidades, as atribuições dos respectivos dirigentes e as normas



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 02 -

de funcionamento do Gabinete do Vice-Governador serão estabelecidas em decreto do Governador do Estado.

Artigo 5º - Para atender ao funcionamento da estrutura definida no artigo 2º, desta lei, ficam criados, no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão constantes do ANEXO ÚNICO, a esta lei.

Artigo 6º - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei fica o Poder Executivo autoriza a abrir ao Orçamento Geral do Estado, no corrente exercício financeiro, Crédito Especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único - As dotações orçamentárias e as fontes de recursos necessários à instrumentalização do crédito especial autorizado pelo "caput" deste artigo serão indicados nos respectivos decretos de abertura.

Artigo 7º A Secretaria da Administração alocará ao Gabinete do Vice-Governador o pessoal necessário ao seu regular funcionamento.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.352, de 15 de janeiro de 1991.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba,  
em João Pessoa, 17 de abril de 1991.

  
Dep. CARLOS MARQUES DUNGA  
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº 016/91 -GG

João Pessoa-PB

Em 27.03.1991.

Senhor Presidente

Honra-me encaminhar à elevada apreciação e deliberação dos ilustres integrantes da Casa de Epitácio Pessoa, o anexo Projeto de Lei que "Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências".

2. Como é do conhecimento geral, a Paraíba, por infortúnio, passou todo o período governamental anterior sem contar em sua estrutura administrativa superior com a presença do elevado cargo do Vice-Governador, evento que motivou a desativação da estrutura do gabinete que servia de apoio a essa autoridade.

A

Sua Excelência, o Senhor

Deputado CARLOS MARQUES DUNGA

Digníssimo Presidente da assembléia Legislativa

CASA DE EPITÁCIO PESSOA

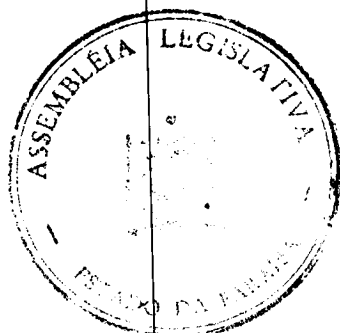
NESTA

**! m**

Director da Ass. ao Plenário



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR

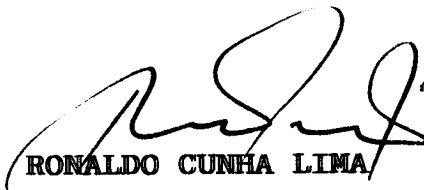


3. Nesse início de nova gestão governamental forçoso se torna proceder à restauração daquele órgão, especialmente em se levando em consideração o expressivo aumento de atribuições que foram reservadas ao cargo do Vice-Governador na Constituição do Estado em 1989.

4. A estrutura proposta no Projeto de Lei em tela é leve e adequada ao porte e dignidade do cargo de Vice-Governador, não demandando maiores justificações para reforço ao seu estudo e apreciação nessa Casa Legislativa.

Por reputar a matéria como urgente e relevante, rogo aos insígnies membros da Assembleia Legislativa a sua apreciação em caráter de urgência, na forma do § 1º, do artigo 64, da Constituição do Estado.

Renovo a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinguida consideração.

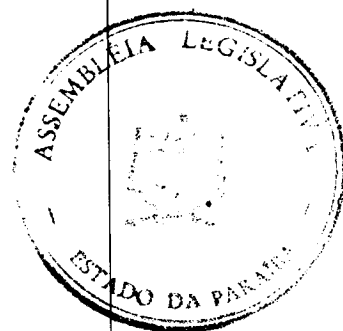


RONALDO CUNHA LIMA

Governador



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



PROJETO DE LEI Nº 19/91

Restaura a estrutura do  
Gabinete do Vice-Governador, e adota  
outras providências.

**Artigo 1º** - O Gabinete do Vice-Governador, criado pela Lei nº 3.781, de 02 de julho de 1975, com a finalidade de de assessorar e assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, fica organizado na forma desta lei.

**Artigo 2º** - O Gabinete do Vice-Governador tem a seguinte estrutura organizacional:

- 1.0 - Chefe de Gabinete;
- 1.1 - Assessoria de Comunicação Social;
- 1.2 - Coordenadoria de administração;
- 1.3 - Coordenadoria de Finanças
- 1.4 - Secretária Particular.

**Artigo 3º** - À Ajudância de Ordens do Gabinete do Vice-Governador compete acompanhar e assistir o Vice-Governador em todos os assuntos de serviço e de natureza pessoal que lhe forem determinados.

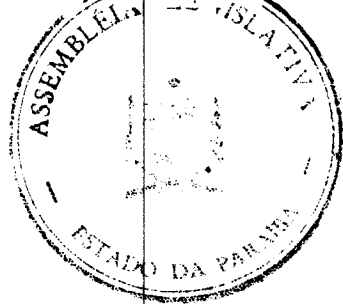
**Parágrafo Único** - À Ajudância de Ordens do Vice-Governador é constituída de dois (2) oficiais da Polícia Militar, no Posto de Capitão ou de 1º Tenente, estando vinculada diretamente ao Gabinete Militar do Governador.

**Artigo 4º** - A competência e a subordinação das unidades, as atribuições dos respectivos dirigentes e as





ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



normas de funcionamento do Gabinete do Vice-Governador serão estabelecidas em decreto do Governador do Estado.

**Artigo 5º** - Para atender ao funcionamento da estrutura definida no artigo 2º, desta lei, ficam criados, no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão constantes do ANEXO ÚNICO, a esta lei.

**Artigo 6º** - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, no corrente exercício financeiro, Crédito Especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

**Parágrafo Único** - As dotações orçamentárias e as fontes de recursos necessários à instrumentalização do crédito especial autorizado pelo "caput" deste artigo serão indicadas nos respectivos decretos de abertura.

**Artigo 7º** - A Secretaria da Administração alocará ao Gabinete do Vice-Governador o pessoal necessário ao seu regular funcionamento.

**Artigo 8º** - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

**Artigo 9º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.352, de 15 de janeiro de 1991.

Aprovado em Discussão  
EM. 16/04/1991  
pelo SECRETÁRIO  
Aprovado em Discussão  
EM. 16/04/1991  
pelo SECRETÁRIO

RONALDO CUNHA LIMA



ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR



ANEXO ÚNICO (Art. 5º)

SERVIÇO CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NÚMERO	D E N O M I N A Ç ã O	SÍMBOLO
01	Chefe de Gabinete do Vice-Governador	SE-2
01	Coordenador da Assessoria de Comunic. Social	DAS-1
03	Secretário Particular	DAS-1
01	Coordenador de Administração	DAS-1
01	Coordenador de Finanças	DAS-1



ESTADO DA PARAIBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATA

Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 19 Sob No. 1191  
EM, 01, 04, 19 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 01, 04, 91  
de 19\_\_\_\_.  
EM, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/19\_\_\_\_

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em 01, 04, 91  
[Assinatura]  
Diretor da Ass. ao Plenário

A Comissão de Contas, Legislativa  
Justiça. —  
Em 08.10.91  
[Assinatura]

ESTADO DA PARAIBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSAO DE CONSTITUICAO, LEGISLACAO E JUSTICA  
Projeto de Lei nº 019/91  
( Do Governador do Estado )

Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.

RELATOR: O Deputado Simão Almeida

I - Relatório

A Comissao de Constituicao, Legislacao e Justica recebe o Projeto de Lei nº 019/91, oriundo de S. Excia. o Governador do Estado, restaurando a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.

II - Voto do Relator

A proposicao em análise visa a ativar o Gabinete do Vice-Governador do Estado, que encontrava-se desativado desde o governo anterior por falta de seu titular, pelo infausto passamento a epoca, do Vice-Governador.

Face ao exposto, voto favorável a aprovacao da proposicao, por reconhecê-la constitucional e estar devidamente amparada na carta Estadual.

Sala da Comissao, 10 de abril de 1991

Dep. Simão Almeida  
Relator

III - Voto da Comissao

A Comissao de Constituicao e Justica, em reuniao ordinaria plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito pela aprovacao do Projeto de Lei nº 019/91, nos termos do voto do Relator

Sala das Comissoes, 10 de abril de 1991.

Presidente

Relator

Membro

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em

1. SECRETÁRIO



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício/GP/nº 86/91

Em, 17 de abril de 1991.

Senhor Governador

Estou encaminhando a V. Exa., nos termos do que dispõe o Regimento Interno, o Autógrafo nº 002/91 do Projeto de Lei nº 019/91, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão plenária realizada no dia 16 de abril em curso, que Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.

No ensejo aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa., os protestos de alta estima e elevada consideração.

  
Carlos Marques Dunga  
Presidente

Exmo. sr.

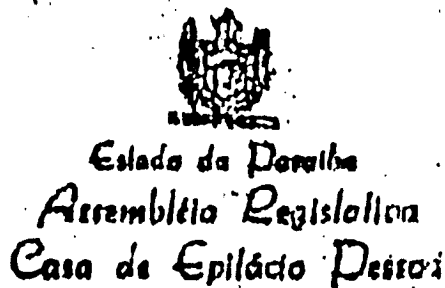
Dr. Ronaldo da Cunha Lima

DD. Governador do Estado da Paraíba

Palácio da Redenção

N e s t a

ES NTE AUTOGRAFO 6 cópia  
que foi aprovado em Plenário em  
do dia 16/04/1991  
Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba  
Em 17/04/1991



AUTÓGRAFO Nº 002/91  
PROJETO DE LEI Nº 19/91

Restaura a estrutura do Gabinete do  
Vice-Governador, e adota outras  
providências.

Artigo 1º - O Gabinete do Vice-Governador, criado pela Lei nº 3.781, de 02 de julho de 1975, com a finalidade de assessorar e assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, fica organizado na forma desta lei.

Artigo 2º - O Gabinete do Vice-Governador tem a seguinte estrutura organizacional:

- 1.0 - Chefe de Gabinete;
- 1.1 - Assessoria de Comunicação Social;
- 1.2 - Coordenação de Administração;
- 1.3 - Coordenação de Finanças
- 1.4 - Secretária Particular.

Artigo 3º - À Ajudância de Ordens do Gabinete do Vice-Governador compete acompanhar e assistir o Vice-Governador em todos os assuntos de serviço e de natureza pessoal que lhe forem determinados.

Parágrafo Único - À Ajudância de Ordens do Vice-Governador é constituída de dois (2) oficiais da Polícia Militar, no Posto de Capitão ou de 1º Tenente, estando vinculada diretamente ao Gabinete Militar do Governador.

Artigo 4º - A competência e a subordinação das unidades, as atribuições dos respectivos dirigentes e as normas



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 02 -

de funcionamento do Gabinete do Vice-Governador serão estabelecidas em decreto do Governador do Estado.

Artigo 5º - Para atender ao funcionamento da estrutura definida no artigo 2º, desta lei, ficam criados, no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão constantes do ANEXO ÚNICO, a esta lei.

Artigo 6º - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei fica o Poder Executivo autoriza a abrir ao Orçamento Geral do Estado, no corrente exercício financeiro, Crédito Especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único - As dotações orçamentárias e as fontes de recursos necessários à instrumentalização do crédito especial autorizado pelo "caput" deste artigo serão indicados nos respectivos decretos de abertura.

Artigo 7º A Secretaria da Administração alocará ao Gabinete do Vice-Governador o pessoal necessário ao seu regular funcionamento.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.352, de 15 de janeiro de 1991.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba,  
em João Pessoa, 17 de abril de 1991.

De  CARLOS MARQUES DUNGA.  
PRESIDENTE

Basta que se imagine a hipótese de um contribuinte que tenha um saldo remanescente de multas e juros, no montante de CR\$ ..... 720.000,00, que podendo recolher o seu débito, imediatamente, com o abatimento do inciso I, preferirá fazê-lo, parceladamente, com a redução do inciso II, (75%) quando seu débito ficaria reduzido para CR\$ 180.000,00, conforme previsto no parágrafo 5º, art. 1º, débito este que seria, imediatamente, cancelado, "ex-vi" do dig posto no art. 2º, já referido.

Do exposto ressalta a evidência de que o dispositivo inserido no projeto invalida os objetivos colimados pelo projeto, que é o de possibilitar o aumento imediato da receita pública para atender às necessidades prementes do Erário, o que o torna contrário ao interesse público.

Estas as razões que me obrigam a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais estou submetendo à clarificante apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo Estadual.

*Ronaldo Cunha Lima*  
Governador

A  
Sua Excelência, o Senhor  
Deputado CARLOS MARQUES DUNGA  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa  
M. S. T. A.

LEI N.º 5.396, de 24 de abril de 1991

Dispõe sobre a classificação das entidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para efeito de remuneração dos respectivos cargos de direção superior, e adota outras providências.

# O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos cargos de direção superior das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Sociedades por Ações integrantes da Administração Indireta do Poder Executivo obedecerá, em relação aos itens de composição da remuneração do cargo de Secretário de Estado-Adjunto, símbolo SE-2, aos índices da Tabela de Escalonamento Vertical constante do Anexo Único, a esta lei.

Art. 2º - Para efeito de aplicação do disposto no artigo precedente, a classificação das entidades nele referidas será feita mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de abril de 1991; 103º da Proclamação da República.

*Ronaldo Cunha Lima*  
GOVERNADOR

Solon Henriques de Sá e Benevides  
Secretário da Administração

**Governo do Estado**  
**Administração: Ronaldo Cunha Lima**  
**Gabinete Civil do Governador**  
**A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editoria**

Jose Itamar da Rocha Cândido  
Superintendente

Geovânio Vieira de Carvalho  
Dir. Técnico

Geraldo Bezerra Viana  
Dir. Administrativo

Marcos José Araújo Barbosa  
Dir. de Operações

**Diário Oficial**

Editor: Walter de Souza

Endereço: BR 101 Km 03 - Distrito Industrial - Caixa Postal 321 - CEP 54.000-000

Assinatura:	Cr\$ 18.000,00
Anual:	Cr\$ 7.500,00
Semestral:	Cr\$ 4.500,00
Trimestral:	Cr\$ 100,00
Mínimo atrasado	Cr\$ 100,00

ANEXO ÚNICO (artigo 1º - Lei nº 5.396/91)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, EMPRESAS PÚBLICAS  
E SOCIEDADES POR AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA  
DO PODER EXECUTIVO  
TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL

ENTIDADE PÚBLICA	CATEGORIA	CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR	REFERÊNCIA SÍMBOLO	ÍNDICE DE ESCALONAMENTO VERTICAL
Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas e Sociedades por Ações	A	a) Dirigente máximo	02	1.000
		b) Dirigente de 2ª linha		2.000
	B	a) Dirigente máximo		3.000
		b) Dirigente de 2ª linha		4.000
	C	a) Dirigente máximo		5.000
		b) Dirigente de 2ª linha		6.000

## LEI Nº 5.397, de 24 de abril de 1991 ATOS DO PODER EXECUTIVO

Restaura a estrutura do Gabinete do Vice-Governador, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:  
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Gabinete do Vice-Governador, criado pela Lei nº 3.781, de 02 de julho de 1975, com a finalidade de assessorar e assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, fica organizado na forma desta Lei.

Art. 2º - O Gabinete do Vice-Governador tem a seguinte estrutura organizacional:

- 1.0 - Chefe de Gabinete;
- 1.1 - Assessoria de Comunicação Social;
- 1.2 - Coordenação de Administração;
- 1.3 - Coordenação de Finanças;
- 1.4 - Secretária Particular.

Art. 3º - A Ajudância de Ordens do Gabinete do Vice-Governador compete acompanhar e assistir o Vice-Governador em todos os assuntos de serviço e de natureza pessoal que lhe forem determinados.

Parágrafo Único - A Ajudância de Ordens do Vice-Governador é constituída de dois (2) oficiais da Polícia Militar, no Posto de Capitão ou de 1º Tenente, estando vinculada diretamente ao Gabinete Militar do Governador.

Art. 4º - A competência e a subordinação das unidades, as atribuições dos respectivos dirigentes e as normas de funcionamento do Gabinete do Vice-Governador serão estabelecidas em Decreto do Governador do Estado.

Art. 5º - Para atender ao funcionamento da estrutura definida no artigo 2º, desta lei, ficam criados, no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão constantes do ANEXO ÚNICO, a esta lei.

Art. 6º - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, no corrente exercício financeiro, Crédito Especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único - As dotações orçamentárias e as fontes de recursos necessários à instrumentalização do crédito especial autorizado pelo "caput" deste artigo serão indicados nos respectivos decretos de abertura.

Art. 7º - A Secretária da Administração alojará no Gabinete do Vice-Governador o pessoal necessário ao seu regular funcionamento.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.352, de 15 de janeiro de 1991.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de abril de 1991; 103º da Proclamação da República.

*Ronaldo Cunha Lima*  
GOVERNADOR

Solon Henriques de Sá e Benevides  
Secretário da Administração



ANEXO ÚNICO (Art. 5º)

SERVIÇO CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Chefe de Gabinete do Vice-Governador	SE-2
01	Coordenador da Assessoria de Comunicação Social	DAS-1
03	Secretário Particular	DAS-1
01	Coordenador de Administração	DAS-1
01	Coordenador de Finanças	DAS-1

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

Decreto nº 13.909 de 24 de abril de 1991

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 59, inciso I, da Lei nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo GAPLAN/466/91,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

21.070 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO  
 21.901 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
 0414080-1.121 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS  
 3120.00-00 - Material de Consumo.....Cr\$ 320.000.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior, correrá por conta da poupança formada em decorrência da atualização monetária do valor da Unidade de Referência Orçamentária - URO, em conformidade com o artigo 10º, da Lei nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990 e artigo 19, do Decreto nº 13.855, de 06 de março de 1991.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de abril de 1991; 1839 da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADORFERNANDO RODRIGUES CATÃO  
Secretário-Chefe do Gabinete do Planejamento e Ação GovernamentalJOSE SOARES RUIO  
Secretário das FinançasMIGUEL CARVALHO NETO  
Secretário de Agricultura, Irrigação e Abastecimento

Decreto nº 13.910 de 24 de abril de 1991

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 59, inciso I, da Lei nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo GAPLAN/466/91,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

21.000 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO  
 21.101 - GABINETE DO SECRETÁRIO  
 0414080-2.219 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
 3214.02-00 - Contribuições e Fundos - Outras Despesas Correntes.....Cr\$ 320.000.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior, correrá por conta da poupança formada em decorrência da atualização monetária do valor da Unidade de Referência Orçamentária - URO, em conformidade com o artigo 10º, da Lei nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990 e artigo 19, do Decreto nº 13.855, de 06 de março de 1991.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de abril de 1991; 1839 da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADORFERNANDO RODRIGUES CATÃO  
Secretário-Chefe do Gabinete do Planejamento e Ação GovernamentalJOSE SOARES RUIO  
Secretário das FinançasMIGUEL CARVALHO NETO  
Secretário de Agricultura, Irrigação e Abastecimento

Decreto nº 13.908 de 24 de abril de 1991

Faz retornar o Programa de Artesanato à Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso II e IV, da Constituição do Estado,

**DECRETA:**

ART. 1º - O Programa de Artesanato referido no Decreto 9.842, de 18 de Março de 1983, passa a ser vinculado à Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais.

ART. 2º - Fica revogado o Decreto nº 13.827, de 23 de Janeiro de 1991, que criou o Conselho de Administração do Mercado de Artesanato e o vinculou à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

ART. 3º - O Programa de Artesanato será gerido pela Coordenação do Bem-Estar Social, da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais.

ART. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de Abril de 1991; 1839 da Proclamação da República.

RONALDO CUNHA LIMA  
GOVERNADOR DO ESTADO

JOÃO PESSOA, 24 de abril de 1991

O Governador do Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, inciso X, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 89, do Decreto nº 7.528/78, e artigo 24, do Decreto nº 11.921, de 27 de maio de 1991,

(UO-354/91) ~~designar~~, de acordo com o artigo 75, parágrafo segundo, da Lei Complementar nº 29/85, VICTOR CHAVES DE ARAÚJO, Agente Fiscal da Fazenda Estadual, Código TAP-501.1, Nível II, matrícula nº 70.284-6, para responder pelo cargo de Coordenador da Assessoria Técnica, Símbolo DAS-101.2, da Secretaria das Finanças.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL EM 04.04.1991.  
 REPUBLICADO POR CORREÇÃO.